



**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CUMARU**  
**Estado de Pernambuco**  
Casa José Canízio Gonçalves de Lima  
CNPJ: 08.985.418/0001-07



**TERMO DE REFERÊNCIA SIMPLIFICADO**

**1. - OBJETO**

**1.1** - Contratação de empresa especializada no levantamento do Patrimônio Público da Câmara Municipal, com catalogação, e emissão de relatório técnico fotográfico individual, contendo características, classificações, e o referido registro de tombamento dos bens patrimoniais, bem como atualização em sistema, para atendimento da demanda da Câmara Municipal de Cumaru-PE.

**2 - JUSTIFICATIVA.**

**2.1** - A contratação de uma empresa especializada em consultoria e prestação de serviços de tombamento de bens patrimoniais para a Câmara Municipal de Cumaru - PE constitui uma medida indispensável para a boa governança pública. Essa iniciativa é fundamentada nos princípios constitucionais que regem a Administração Pública, notadamente os da publicidade, eficiência, moralidade, legalidade e impessoalidade, conforme disposto no art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988.

O tombamento de bens patrimoniais, incluindo a catalogação, inventário detalhado, elaboração de relatório fotográfico e fixação de plaquetas identificadoras, transcende uma obrigação burocrática, pois atende a uma necessidade estratégica de gestão. Ele proporciona um mapeamento preciso do patrimônio sob a responsabilidade do Legislativo Municipal, permitindo o aprimoramento do controle interno e o alinhamento das ações administrativas com os anseios sociais. A formalização e atualização dessas informações são ferramentas essenciais para o planejamento e para a tomada de decisões relacionadas à aquisição, manutenção, alienação e uso dos bens públicos.

Essa iniciativa reforça o compromisso da Câmara com a transparência, permitindo à população o pleno acesso às informações sobre o patrimônio público. Ao disponibilizar dados claros e precisos, a administração promove uma interação mais próxima com os munícipes, facilitando o controle social e assegurando a confiança pública na gestão dos recursos patrimoniais. Essa prática não apenas cumpre a função de prestar contas, mas também fortalece a legitimidade e a credibilidade da atuação legislativa.

Além disso, a organização e o controle eficiente do patrimônio público contribuem para a prevenção de irregularidades, sejam estas de natureza formal, material, culposa ou dolosa. O monitoramento adequado minimiza riscos de desvios ou má utilização dos bens públicos, evitando reincidências e assegurando que o uso do patrimônio esteja alinhado com os objetivos institucionais e os interesses coletivos.

Por outro lado, o tombamento também desempenha um papel importante no aprimoramento dos processos internos. Ele facilita a gestão documental e patrimonial, promovendo a integração de



**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CUMARU**  
**Estado de Pernambuco**  
Casa José Canízio Gonçalves de Lima  
CNPJ: 08.985.418/0001-07



sistemas e informações, o que resulta em maior eficiência operacional. A organização sistemática dos bens públicos reduz desperdícios, otimiza recursos e garante que a destinação dos bens esteja em conformidade com as normativas vigentes.

Do ponto de vista técnico, o tombamento é uma ferramenta indispensável para a modernização da administração pública. Ele permite a utilização de tecnologias de identificação e rastreamento, como códigos de barras ou QR Codes, que facilitam o acesso e a consulta aos dados patrimoniais por meio de sistemas digitais. Essa modernização é especialmente relevante em um contexto em que a transformação digital é um imperativo para a gestão pública eficiente.

Por fim, o tombamento patrimonial reflete o compromisso da Câmara Municipal com a ética e a responsabilidade na gestão dos recursos públicos. Ao demonstrar zelo e transparência na administração de bens, a Casa Legislativa reafirma sua função institucional de atuar em benefício da coletividade, alinhando-se às melhores práticas de governança pública e à missão de atender aos anseios sociais de forma eficiente e responsável.

Dessa forma, a contratação da consultoria especializada visa garantir não apenas o cumprimento de obrigações legais, mas também a construção de uma gestão pública mais eficiente, ética e transparente. Trata-se de um investimento que não apenas preserva o patrimônio público, mas também consolida os valores que sustentam a Administração Pública, gerando impactos positivos na relação entre o poder público e a sociedade.

### **3 - DETALHAMENTO DO OBJETO.**

3.1. Os serviços compreendem as seguintes especificações:

Da Execução dos serviços de Avaliação Patrimonial

1. A contratada deverá estabelecer os valores atuais de reposição, depreciação e mercado de todos os bens que compõem o patrimônio da Câmara Municipal de Cumaru -PE, incluindo o anfiteatro, determinando seu valor patrimonial.

A) O valor patrimonial do bem deverá ser estabelecido através de cotação e pesquisas de mercado com fabricantes nacionais e estrangeiros, revendedores e construtores;

B) No valor patrimonial do bem deverão estar incluídos todos os custos secundários envolvidos na instalação e funcionamento de um bem (frete, impostos, montagens, seguros para transporte, execução de bases, etc);

C) Deverão ser feitas vistorias “in loco” por profissionais capacitados, com larga experiência no ramo, para descrição e caracterização individual de cada item, e definição instantânea da depreciação física;



**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CUMARU**  
**Estado de Pernambuco**  
Casa José Canízio Gonçalves de Lima  
CNPJ: 08.985.418/0001-07



D) Deverão ser utilizados métodos de avaliação consagrados;

E) Os critérios de avaliação e metodologias utilizadas deverão estar de acordo com a ABNT, IBAPE e Normas Contábeis;

F) Deverá ser apresentado um laudo analítico final contendo, fichas de cotação e estrutura aceita pelos diversos órgãos regulatórios e financeiros do país.

2. O serviço de inventário físico deverá ser dividido em 03 (três) etapas, sendo elas:

2.1. Planejamento estratégico;

2.2. Levantamento físico individualizado dos bens (móveis, terrenos, edificações e suas benfeitorias, automóveis em geral, equipamentos de informática, mobiliários e eletrônicos em geral); e

2.3. Relatório Final do Inventário Patrimonial – acompanhado de Laudo Técnico.

3. Planejamento estratégico - A contratada deverá na etapa de planejamento estratégico realizar os seguintes serviços:

A) Estudar rotinas atuais de controle do ativo imobilizado;

B) Conhecer plano de contas;

C) Identificar unidades por setor;

D) Definições de layout para devolução do novo cadastro;

E) Definição da padronização para colocação de novas etiquetas com códigos de barras;

F) Identificação da necessidade do Atestado de Inventário durante o Inventário físico;

G) Definição dos bens objeto e não objeto de inventário;

H) Elaboração de cronograma das atividades.



**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CUMARU**  
**Estado de Pernambuco**  
Casa José Canízio Gonçalves de Lima  
CNPJ: 08.985.418/0001-07



4. Levantamento físico individualizado dos bens da Câmara Municipal de Cumaru -PE - A contratada deverá na etapa de Levantamento Físico realizar os seguintes serviços:

A) Levantamento físico de itens patrimoniais;

I. Entende-se como bens da Câmara Municipal de Cumaru -PE: Móveis, imóveis, terrenos, edificações e suas benfeitorias, automóveis, equipamentos de informática, mobiliários e eletrônicos em geral, etc;

II. Os bens deverão ser classificados em uma relação separada de bens patrimoniais servíveis e inservíveis.

B) Identificação dos bens com etiquetas com código de barras ou por meio de numeração especial para os casos em que não for possível afixar etiqueta.

C) Classificando dos itens por setor e localização física, ou outro dado definido na reunião de planejamento.

D) Descrição dos itens de forma completa e detalhada, evitando abreviaturas, com as informações passíveis de serem identificadas em campo, tais como: Nº de patrimônio, fabricante, incorporações, marca, modelo, n.º de série, capacidade, dimensão, data de fabricação, documento fiscal quando disponível e outras características que se fizerem necessárias; como também disponibilizado em meio eletrônico compatível ao sistema utilizado.

E) A equipe deverá ser coordenada e acompanhada por um preposto designado pela CONTRATADA;

F) O inventário deverá ser acompanhado por, pelo menos, um servidor designado pela Administração como Fiscal/Gestor do Contrato.

5. Relatório Final do Inventário Patrimonial - A contratada deverá entregar após a conclusão do inventário os relatórios abaixo:

A) Relatório Técnico, discriminando as atividades desenvolvidas e metodologias utilizadas no projeto;

B) Relatório dos bens em uso com a descrição dos itens de forma completa;



**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CUMARU**  
**Estado de Pernambuco**  
Casa José Canízio Gonçalves de Lima  
CNPJ: 08.985.418/0001-07



C) Relatório de bens inservíveis com a descrição dos itens de forma completa.

I. Os relatórios deverão ser disponibilizados impressos com pareceres assinados pelo profissional responsável da CONTRATADA e em meio magnético, compatível ao software de controle patrimonial utilizado.

6. Todos os trabalhos deverão ser executados em conformidade com a legislação em vigor sendo que os lançamentos das avaliações, cadastro dos bens inventariados, ajustes contábeis deverão ser realizados de forma a demonstrar a atual situação patrimonial da Câmara Municipal de Cumaru -PE sendo que estes lançamentos e relatórios deverão atender aos padrões exigidos pela lei vigente.

#### 7. Controle da execução

7.1. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada pela Diretoria Geral/Contabilidade e Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Cumaru -PE.

7.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

8. Do Local da prestação do serviço: Sede da Câmara Municipal de Cumaru: Av. Ozorio Ferreira dos Santos, s/n, Centro - CEP: 55.655-000 - Cumaru - PE

9. Do Prazo: Para a prestação dos serviços aqui especificados, o contrato decorrente do presente Termo de Referência terá o prazo de vigência de 60 (sessenta) dias, contado da data da sua assinatura.

10. É facultado a empresa interessada realizar visita técnica para conhecer as instalações da Câmara Municipal de Cumaru e todos os bens móveis para formulação da proposta. As visitas deverão ser previamente agendadas junto à Comissão Permanente de Licitação, pelo e-mail: contato@cumaru.pe.leg.br.

#### 4 - DOS CUSTOS E ESTIMATIVA.

4.1 Descrição dos serviços à serem prestados e quantitativo:



**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CUMARU**  
**Estado de Pernambuco**  
Casa José Canízio Gonçalves de Lima  
CNPJ: 08.985.418/0001-07



ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Levantamento do Patrimônio Público da Câmara Municipal, com catalogação, e emissão de relatório técnico fotográfico individual, contendo características, classificações, e o referido registro de tombamento dos bens patrimoniais, bem como atualização em sistema.	UND	01	R\$	R\$

**Valor global aceitável é de R\$ xx.xxx,xx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx), sendo pagos em até 02 (duas) parcelas iguais, conforme execução**

#### **5 - DO PRAZO**

5.1. Os serviços previstos no item 3 deste termo de referência devem respeitar a periodicidade máxima de 02 (dois) meses ao contar da data da assinatura do contrato. Em razão da necessidade da Câmara Municipal, observados os critérios de conveniência e oportunidade, o contrato licitatório de serviço de natureza contínua poderá ser renovado.

#### **6 - DO PAGAMENTO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

6.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**6.1.1. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.**

6.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

6.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.4. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.5. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão



**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CUMARU**  
**Estado de Pernambuco**  
Casa José Canízio Gonçalves de Lima  
CNPJ: 08.985.418/0001-07



contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

6.5.1. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.6. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

**EM = I x N x VP, sendo:**

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(TX / 100)}{365}$$

**TX** = Percentual da taxa anual = Taxa **SELIC** vigente no momento da apuração;

## **7 - DAS PENALIDADES**

7.1 Pela inexecução total ou parcial, ou atraso injustificado do objeto desta Licitação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, ressalvados os casos devidamente justificados e comprovados, a critério da Administração, e ainda garantida a prévia e ampla defesa, serão aplicadas às seguintes cominações, cumulativamente ou não:

**I** - Advertência;

**II** - Multa, nos seguintes termos:

**a)** Pelo atraso na execução do objeto contratual, em relação ao prazo estipulado: 1% (um por cento) do valor global contratado, por dia decorrido, até o limite de 10% do valor do global contratado.

**b)** Pela recusa na execução contratual, caracterizada em dez dias após o vencimento do prazo estipulado: 10% (dez por cento) valor do global contratado.

**c)** Pela demora em refazer a execução do objeto contratual rejeitado ou corrigir falhas no mesmo, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição, 1% (um por cento) do valor global



**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CUMARU**  
**Estado de Pernambuco**  
Casa José Canízio Gonçalves de Lima  
CNPJ: 08.985.418/0001-07



contratado, por dia decorrido.

**d)** Pela recusa da CONTRATADA em corrigir as falhas na EXECUÇÃO do objeto, entendendo-se como recusa a execução do objeto não efetivada nos cinco dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor global contratado.

**e)** Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada no termo contratual ou na Lei Federal 14.133/21 e 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) ou no instrumento convocatório e não abrangida nos incisos anteriores: 1% (um por cento) do valor contratual, para cada evento.

**III** - Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

**IV** - Impedimento de licitar e contratar com a Câmara de vereadores de Cumaru, Estado de Pernambuco, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, do licitante que não celebrar o contrato, e da CONTRATADA que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

7.2 Pelos motivos que se seguem, principalmente, a CONTRATADA estará sujeita às penalidades tratadas nos incisos III e IV do subitem 7.1.:

**I** - Pelo descumprimento do prazo da execução do objeto contratual.

**II** - Pela recusa ou atraso em atender alguma solicitação para correção na execução do objeto contratual, caracterizada se o atendimento à solicitação não ocorrer no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da rejeição, devidamente notificada.

**III** - Pela não execução do objeto contratual de acordo com as especificações e prazos estipulados neste Edital.

**IV** - Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos.

**V** - Tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

**VI** - Demonstre não possuir idoneidade para contratar com o CONTRATANTE em virtude de atos ilícitos praticados.

7.3 Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, no que couber, às demais penalidades referidas na Lei Federal nº 14.133/21.

7.4 As multas estabelecidas podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 10% (dez por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

7.5 Poder-se-á descontar dos pagamentos porventura devidos à CONTRATADA as importâncias alusivas a multas, ou efetuar sua cobrança mediante inscrição em dívida ativa do Estado, ou por



**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CUMARU**  
**Estado de Pernambuco**  
Casa José Canízio Gonçalves de Lima  
CNPJ: 08.985.418/0001-07



qualquer outra forma prevista em lei.

7.6 As sanções serão aplicadas de forma gradativa, obedecidos os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, após regular processo administrativo com garantia de defesa prévia e de interposição de recurso

7.7. Na estipulação das sanções, deverão ser considerados o grau de comprometimento do interesse público e o prejuízo pecuniário decorrente das irregularidades constatadas.

7.8. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido processo administrativo.

## **8 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

8.1 São critérios de seleção do fornecedor: a apresentação de toda a documentação referente à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, bem como a oferta do menor dentre aqueles que participaram da pesquisa de preços, o que caracteriza a proposta mais vantajosa à Câmara Municipal de Vereadores de Cumaru, nos termos do artigo 75, §3º da Lei 14.133/2021. Destaca-se que eles devem guardar compatibilidade entre si, estando adequados aos preços praticados no mercado.

## **9. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

9.1 Documentação relativa à Habilitação Jurídica

9.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

9.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, juntamente com todas as eventuais alterações, ou se for o caso, o ato constitutivo e/ou a alteração social consolidada devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

9.1.3. Inscrição do ato constitutivo no órgão competente, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

9.2 Documentação relativa à Qualificação Técnica

9.2.1. A CONTRATADA deverá comprovar expertise para prestação dos serviços através da apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por entidade de direito público ou privado, nos termos da lei, emitido em papel timbrado por pessoa jurídica de direito público, comprovando que a empresa executou e/ou executa serviços compatíveis com o objeto do presente objeto;

9.3 Documentação Relativa à Regularidade Fiscal e Trabalhista

9.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

9.3.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação da Certidão Conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União, a qual engloba também os Tributos



**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CUMARU**  
**Estado de Pernambuco**  
Casa José Canízio Gonçalves de Lima  
CNPJ: 08.985.418/0001-07



relativos ao Instituto Nacional de Seguridade Social, sendo que essa pode ser retirada através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br);

9.3.3. Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.3.4. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – (FGTS), através do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), fornecido pela Caixa, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

9.3.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho. CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.4 Documentação relativa ao Cumprimento do inc. XXXIII do Art. 7º da C.F.:

9.5. ANEXO IV- Declaração De Pleno Atendimento Aos Requisitos De Habilitação.

9.6. ANEXO V- Modelo De Declaração De Inexistência De Fato Superveniente Impeditivo À Habilitação.

9.7. ANEXO VII- Declaração De Enquadramento Como Microempresa Ou Empresa De Pequeno Porte **(SE APLICÁVEL)**.

## **10 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1 - Os recursos financeiros para fazer face às despesas da contratação correrão por conta da câmara e, cujo elemento de despesa constará no respectivo contrato e nota de empenho, observando as condições estabelecidas neste termo e edital simplificado.

## **11 - DISPOSIÇÕES GERAIS**

11.1 - Quaisquer pedidos de esclarecimentos, com relação a eventuais dúvidas de interpretação deste termo de referência, deverão ser dirigidos ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, no horário das 08:00 às 17:00 horas, das segundas às sextas-feiras, no seguinte endereço:

CÂMARA MUNICIPAL DO CUMARU.

v. Ozorio Ferreira dos Santos, s/n, Centro - CEP: 55.655-000 – Cumaru – PE.

Fone: (81) 3644-1225.

11.2 - O Foro competente para dirimir quaisquer dúvidas ou lides, que não possam ser



**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CUMARU**  
**Estado de Pernambuco**  
Casa José Canízio Gonçalves de Lima  
CNPJ: 08.985.418/0001-07



solucionadas administrativamente, será o da Comarca do Cumaru, prevalecendo sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Cumaru, 18 de outubro de 2024.

---

**Tarciana Cláudia Borba Soares**  
**Diretora Administrativa/Agente de Contração**